



fct
Instituto
para a Ciência
e a Tecnologia

FCCN
serviços
digitais
pt

Com o apoio de:

REPÚBLICA
PORTUGUESA

O DESAFIO DA PRESERVAÇÃO DIGITAL NA JUSTIÇA

Autor(es) da proposta

Cristina Alexandra das Neves Soares

IGFEJ-MJ – Senior Project Manager, cristina.a.soares.ext@ifej.mj.pt, ORCID

Resumo

Dada a informação digital, um importante ativo Justiça, estará esta preparada para assegurar a sua preservação a longo prazo e garantindo também o acesso futuro necessário para a continuidade dos serviços ao cidadão, sem que as exigências do presente e de melhoria dos mesmos, comprometam essa mesma preservação?

Estas questões desafiam o IGFEJ, em conjunto com a SGMJ, com o projeto Arquivos Digitais na Justiça, suportado a nível Ministerial e pelos responsáveis de topo das entidades da Justiça, com as equipas respetivas, bem como por uma equipa externa de especialistas, a KEEP – Solutions, contratada, ao abrigo do Código dos Contratos Públicos.

Neste campo da preservação digital, foram fundamentais opções de cooperação ao nível das instituições de arquivos nacionais, a DGLAB, as entidades da Justiça-criadores dos sistemas produtivos e respetivos, produtores de informação em geral, de criadores de software de preservação digital.

Seguindo o referencial ISO 14721, a preservação digital na Justiça, engloba um conjunto de ações, traduzidas em cinco grandes áreas de trabalho, que colocam o projeto em ação: (1) o que concerne a vertente da infraestrutura tecnológica, suportada pelo IGFEJ, numa estratégia de alta disponibilidade sendo suportada pela duplicação de conteúdos em locais geograficamente distantes, gerida pelo sistema de preservação digital RODA, assegurando a recuperação automática e continuidade dos acessos em caso de incidentes; (2). O Planeamento da preservação com a definição das Políticas e Planos associados à informação, ao nível do MJ e ao nível dos Tribunais, com a DGAJ, concretizando recomendações que garanta a acessibilidade à informação armazenada por longo prazo, assumindo a obsolescência tecnológica; (3) Integração dos Sistemas Produtivos das entidades do MJ e os relativos aos Tribunais, com os respetivos repositórios RODA. A estratégia assegura a transferência segura e confiável de dados entre sistemas produtivos e os repositórios RODA, tendo a premissa de que a operação de um dos sistemas não influencia o desempenho do outro. A transferência envolve a seleção, exportação, empacotamento e transferência e ingestão de dados para uma pasta partilhada entre ambos os sistemas utilizando o formato *E-ARK SIP* e como é realizado o reporte do respetivo sucesso/insucesso. (4). Implementação dos repositórios RODA, cuja estratégia foi a de criar duas instâncias independentes, uma para o MJ e outra totalmente independente para os Tribunais, garantindo a sua soberania. Estes repositórios asseguram, entre outros aspetos, a validação dos SIP – *submission information package*, asseguram o arquivo da informação a fim de garantir a preservação por longo prazo *AIP-Archival Information Package*; através de *DIP-Dissemination Information Package*, disponibilizam a informação para os utilizadores. (5) Diagnóstico, segundo a ISO 16363, *Gap Analysis* para o alinhamento e futura certificação dos repositórios RODA como reconhecidamente confiáveis.



A preservação digital na Justiça é um *ongoing work* contínuo e continuado sendo **a visão a longo prazo, um investimento no presente**, para um retorno em acessibilidade, autenticidade e integridade da informação. Este é um desafio, um caminho que, uma vez tendo iniciado, nunca mais terá fim!

Palavras-chave: justiça, preservação, RODA, informação

Público-alvo

Órgãos da Administração Pública

Dirigentes e colaboradores de organismos da Administração Pública

Estudantes

Historiadores

Investigadores